



Evento: XXIX Seminário de Iniciação Científica

## **CONTROLE SOCIAL E IGUALDADE PARTICIPATIVA: UMA ANÁLISE DOS COMITÊS DE CRISE DA COVID-19 NOS MUNICÍPIOS DO COREDE NOROESTE COLONIAL DO RIO GRANDE DO SUL<sup>1</sup>**

**SOCIAL CONTROL AND PARTICIPATORY EQUALITY: AN ANALYSIS OF THE COVID-19  
CRISIS COMMITTEES IN THE MUNICIPALITIES OF COREDE NOROESTE COLONIAL IN THE  
STATE OF RIO GRANDE DO SUL**

**Elidieli Sandri Noro<sup>2</sup>, Sérgio Luís Allebrandt<sup>3</sup>, Taciana Angélica Moraes Ribas<sup>4</sup>, Aline  
Benso<sup>5</sup>, Luiza Fracaro Polleto<sup>6</sup>, Luciano de Andrade Veiga<sup>7</sup>**

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/Unijuí), com aporte financeiro da Capes, Fapergs, CNPq e Unijuí.

<sup>2</sup> Bolsista PIBIC/CNPq. Graduanda em Nutrição. elidieli.noro@sou.unijui.edu.br.

<sup>3</sup> Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq; Professor Titular e Coordenador do PPGDR/Unijuí; Doutor em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR/Unisc; Mestre em Administração pela Ebape/FGV. allebr@unijui.edu.br.

<sup>4</sup> Bolsista Prosuc/Capes. Doutoranda em Desenvolvimento Regional no PPGDR/Unijuí - Turma 2018; Graduada em Gestão Pública pela Unijuí. E-mail: taciana.ribas@sou.unijui.edu.br.

<sup>5</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Regional no PPGDR/Unijuí - Turma 2020; Graduada em Comunicação Social – Relações Públicas pela Unijuí. aline.benso@sou.unijui.edu.br.

<sup>6</sup> Bolsista Prosuc/Capes. Mestranda em Desenvolvimento Regional no PPGDR/Unijuí - Turma 2021; Graduada em Direito pela Unijuí. polleto.luiza@gmail.com.

<sup>7</sup> Bolsista PIBIC/CNPq; Graduando em Comunicação Social: Publicidade e Propaganda pela Unijuí. luciano.veiga@sou.unijui.edu.br.

### **RESUMO**

Este trabalho é resultado parcial de estudos realizados pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC), vinculado ao PPGDR/Unijuí, a fim de analisar dinâmicas de controle social durante a pandemia, no Corede Noroeste Colonial (Corede-Norc), focando nas ações dos comitês de crise para o enfrentamento da Covid-19. O referencial teórico ancora-se no conceito de controle social, temática que tem sido amplamente debatida nos meios acadêmicos, a fim de enfatizar a importância da igualdade participativa da sociedade nos processos decisórios. Este estudo tem enfoque na teoria crítica, ancorado na hermenêutica de profundidade, de natureza interpretativa e explicativa e abordagem qualitativa, em que a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas realizadas com integrantes dos comitês dos municípios do Corede-Norc. Observou-se que os comitês foram criados e organizados diante da situação de crise criada pela pandemia, e que os mesmos estão sendo moldados conforme as necessidades das ações. No entanto, constata-se que não há uma participação efetiva de membros da sociedade civil.

**Palavras-chave:** Controle Social. Participação. Comitês. Covid -19.

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho aborda o controle social no território do Corede-Norc, no Rio Grande do Sul, durante a pandemia, analisando a igualdade participativa nos comitês de crise organizados pelos municípios para o enfrentamento da Covid-19. Por controle social (CS), entende-se que o conceito emergiu da gestão social, apropriando-se de ideias que os ligam, como o fato de ter



a participação da sociedade civil (como protagonista) na elaboração, acompanhamento e verificação (ou monitoramento) das ações da gestão pública. O CS proporciona a atuação da sociedade junto aos governos, sugerindo e definindo diretrizes, realizando diagnósticos, indicando prioridades, deliberando acerca de programas e ações, avaliando os objetivos, os processos e os resultados obtidos (TENÓRIO, 2012).

Sobre a igualdade participativa, Mata (2017) e Villela (2012) apontam que é a possibilidade de qualquer organização ou cidadão influenciar as deliberações na esfera pública, a partir da liberdade de acesso a este espaço e informação disponíveis, pois é nos processos decisórios que se encontra as respostas para os problemas ou objetivos que se pretende atingir. O CS pode variar em termos de organização, atores envolvidos (públicos, privados ou públicos-privados), além de elementos que extrapolam o processo decisório (ambiente, interesses, recursos financeiros, recursos humanos, etc. (MATA, 2017; VILLELA, 2012). Assim, CS indica a participação dos atores sociais na interlocução com os gestores públicos, na indicação de ações e políticas públicas que visem o bem da coletividade.

Para melhor compreensão do exposto, este Resumo Expandido se organiza, além desta introdução, nos apontamentos metodológicos, seguido pelos resultados e discussões, em que se analisam os elementos resultantes das entrevistas, e finaliza-se com as considerações finais e as referências bibliográficas que apoiaram na elucidação deste estudo.

### **APONTAMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo insere-se na teoria crítica, que adota uma metodologia dialógica e transformadora, averiguando a realidade objetiva de grupos e instituições que precisa ser desvelada (ALLEBRANDT, 2018). Neste sentido utilizou-se dos estudos de Thompson (2011) sobre a hermenêutica de profundidade (HP), em que o mesmo recomenda a ruptura metodológica com a hermenêutica da vida quotidiana (doxa), focando na análise sociohistórica e na interpretação/reinterpretação como caminho para a compreensão e explicação dos fenômenos sociais.

Para a coleta e análise dos dados, utilizou-se matriz de categorias e critérios de análise, com realização de entrevistas com base em roteiro/questionário semiestruturado com representantes dos comitês de crise para o enfrentamento à Covid-19, em sete dos onze municípios do Corede-Norc. Este Resumo aborda os resultados obtidos na categoria da Igualdade Participativa, a partir da análise da forma de organização e escolhas dos membros



dos comitês. De modo a preservar a identidade dos entrevistados, foram criados códigos, que são utilizados nos resultados e discussões.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os comitês de enfrentamento à Covid-19 foram criados com o objetivo responder, atuar, divulgar decretos, perante as demandas da pandemia, como número de casos, intervenções, penalização em caso de não cumprimento de decretos, entre outras finalidades. Este resumo, traz resultados parciais, abordando a categoria da igualdade participativa (Quadro 1), analisando as respostas dos entrevistados no que se refere à organização dos comitês, escolha dos membros, novas inserções e acompanhamento das decisões tomadas em reuniões.

**Quadro 1.** Matriz de Categoria Igualdade Participativa: critérios de análise e questionário

Categories	Crítérios de Análises	Perguntas
Igualdade participativa	Forma de escolha dos representantes: métodos utilizados para escolha dos representantes	Como os comitês foram organizados? Como foram escolhidos os membros participantes? Além dos representantes que hoje compõem o comitê, você pode indicar outros segmentos, grupos ou lideranças que na sua opinião deveriam estar inseridos no comitê?
	Avaliação participativa: intervenção dos participantes no acompanhamento e avaliação das ações tomadas para o enfrentamento do coronavírus/políticas públicas	Como ocorre o acompanhamento na definição, avaliação e execução das medidas definidas em reuniões?

Fonte: elaborado pelos autores

Sobre a organização dos comitês no que diz respeito à escolha dos participantes, no município M-02, o entrevistado relatou que os membros escolhidos são servidores ligados aos setores, e que, com a troca de governo em 2021, o conselho da saúde passou a ter uma cadeira dentro do comitê e os membros foram escolhidos segundo a intensidade de atuação nas frentes de controle da pandemia. No município M-03, os participantes foram escolhidos de forma informal “chegaram e nomearam (E-03)”. O entrevistado E-05 relatou que no município M-05 ocorreu uma reunião com o prefeito e secretária da saúde, já ocorrendo a organização e escolha dos membros, os quais já receberam as demandas. Já, no município M-08, houve consulta pela secretaria de assistência social, perguntando quem poderia participar, e, após indicações, houve a nomeação do comitê. O entrevistado E-09 informou que no município M-09, a criação do comitê ocorreu logo no início da pandemia, e que, por meio de uma portaria, foram nomeados representantes de todos os setores da máquina pública. Já no município M-10, a determinação foi feita diretamente pelo executivo por meio de portaria. Por fim, no município M-11, o entrevistado E-11 apontou que o comitê começou com a equipe de saúde, prefeito, defesa civil, mas que ao longo do ano adicionou-se representantes da brigada militar, secretaria de educação,



secretaria de administração, sendo que os membros foram escolhidos com base nas normativas dos governos estadual e municipal.

Sobre indicar outros representantes que possam atuar nos comitês, os entrevistados citaram algumas possibilidades. Como exemplo, o entrevistado E-09 relatou que todos os setores já estão bem representados, e que no momento não há necessidade da inclusão e/ou sugestão de novos representantes. Os demais citaram que poderiam ser incluídos alguns representantes como: profissionais da enfermagem (M-02); participação de lideranças das comunidades e do legislativo, sendo um vereador de cada partido (E-03); representantes de clubes de mães, clube de idosos, do comércio, metalúrgica e agroindústrias (E-05); câmara de vereadores e do comércio (E-08); vigilância sanitária e brigada militar (E-10), e representantes de igrejas e times de futebol (E-11).

Sobre acompanhamento, definição, avaliação e execução das decisões, observou-se que o município M-02 segue basicamente as orientações de decretos estaduais; no município M-03 a tomada de decisão ocorre de forma informal (dialogada entre os membros do comitê); o entrevistado do município M-05 apontou que as decisões são tomadas por meio dos decretos. “[...] nas reuniões debatemos e analisamos as regras dos decretos estaduais, verificamos quais regras foram estabelecidas e seguimos” (E-05). O entrevistado E-08 apontou que no município M-08 essa avaliação ocorre após definição e, as decisões são divulgadas, sendo então todos responsáveis, incluindo a população, pelos seus atos e fiscalização; há também o registro em atas, retomando as decisões em todas as reuniões semanais (M-09); no município M-10 a avaliação da situação é realizada em cada reunião; e o entrevistado E-11 informou que no município M-11 é feito o planejamento, a tomada das decisões, e se precisar, retoma-se e faz-se nova avaliação.

Assim, acerca da análise da categoria igualdade participava, se verificou que a situação de pandemia pegou a todos de surpresa, sendo necessário a criação de frentes de enfrentamento à Covid-19, como os comitês, em que ações foram tomadas diante da gravidade dos fatos, e aos poucos estão sendo alinhados de acordo com os resultados obtidos. Os comitês foram organizados com membros ligados basicamente ao executivo e, em especial, do setor da saúde, sendo que não há uma representação efetiva de membros da sociedade civil, ou de setores que os representem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Este estudo proporcionou aos investigadores um aprofundamento sobre o conceito de controle social, e uma análise da atuação dos comitês de enfrentamento à Covid-19, em que se verificou que os efeitos causados pela pandemia foram de grande impacto, não apenas no território estudado, mas de modo global. No entanto, no que se refere a esta pesquisa, constatou-se que não houve uma efetiva participação da sociedade civil nas discussões sobre as ações tomadas diante da pandemia, e que os membros que participam dos comitês são pessoas ligadas ao setor público, principalmente do executivo e da área da saúde. As medidas tomadas foram baseadas essencialmente nos decretos estaduais, que determinavam sobre as ações primordiais para o enfrentamento deste vírus.

Há evidências de que uma participação efetiva da sociedade civil, com presença de representantes da mesma nos comitês, teria viabilizado uma adesão mais efetiva da população às medidas de distanciamento social definidas e redefinidas pelos comitês, o que foi corroborado por alguns dos entrevistados.

### **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a Capes/Prosuc, Fapergs, CNPq, e Unijuí, pelo aporte financeiro.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALLEBRANDT, S. L.; PREDIGER, R. P. Escopo metodológico. In: ALLEBRANT, S. L.; TENÓRIO, F. G. (Orgs). **Controle social de territórios: teoria e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2018. p. 29-44.

MATA, G. M. F. da. Igualdade participativa e políticas públicas: o caso de conselhos gestores de turismo. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 21, Jan./Jun. 2016. p. 1-17.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

VILLELA, L. E. Escopo Metodológico. In TENÓRIO, F. G. (Org). **Cidadania e Desenvolvimento Local: critérios e análise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012. p. 35-46.